



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

Informativo Semestral da Defensoria Pública do Estado do Piauí



Piauí sedia pela primeira vez Reunião Ordinária do Condege

O Estado do Piauí sediou pela primeira vez a Reunião do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais. No dia 11 de dezembro, Defensores Públicos Gerais de 18 estados da federação estiveram em Teresina participando a XI Reunião Ordinária do Colegiado.

O encontro realizado no Hotel Blue Tree foi presidido em um primeiro momento pela Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, que é Secretária Adjunta do Condege e, em um segundo momento pelo Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, Dr. André Luís Machado de Castro, Vice-Presidente do Colegiado.

Os Defensores Públicos Gerais, Subdefensores Públicos Gerais, Defensores Públicos da União e demais participantes da reunião foram recepcionados com apresentação da Orquestra Sanfônica "Seu Dominginhos", projeto que busca representar a tradição da música nordestina, com liberdade para inovar no repertório e mostrar todo potencial do acordeão.

Durante a estadia em Teresina os Defensores Públicos Gerais integrantes do Condege participaram de reunião com a Governadora em Exercício, Margarete Coêlho, oportunidade em que foi tratada a importância da expansão da Defensoria Pública, atendendo inclusive o que faz a Emenda Constitucional Nº 80, de 2014 que prevê a presença de Defensores Públicos em todas as Comarcas do país até o ano de 2022.

"O Piauí se sentiu honrado em sediar pela primeira vez uma reunião Ordinária do Condege. Debates temas pertinentes no âmbito da Defensoria Pública, com ênfase para a apresentação do Projeto "Solução Verde", desenvolvido com louvor pela Defensoria Pública de Santa Catarina, assim como o Projeto Defensoria Sem Fronteiras cuja próxima ação será realizada no estado de Rondônia e para a qual enviaremos dois Defensores Públicos do Piauí. Importante dizer que Teresina estará sempre de portas abertas para receber o Colegiado", destaca Dra. Hildeth Evangelista.

Defensoria é a Instituição mais importante para a população brasileira.

pag **06**

DPE-PI se sobressai em Concurso de Práticas Exitosas e em intercâmbio na Argentina

pag **08**

Defensoria esteve engajada em importantes campanhas

pag **10**

Instituição volta a lutar por um Orçamento compatível com suas atribuições

pag **11**

Tivemos um ano de muitos desafios para a Defensoria Pública em 2017 e também de muitas ações. Tudo isso só nos fortaleceu para continuarmos trilhando um caminho que consideramos essencial dentro da gestão pública, que é o de buscar oferecer um serviço cada vez mais completo àqueles que nos procuram, no anseio de resolverem suas questões nas várias áreas em que atuamos.

Através dos nossos Órgãos de Execução, tanto na capital como no interior do Estado, temos buscado honrar o compromisso assumido por todos nós quando passamos a integrar o que mais que uma Instituição é hoje uma Família: a Defensoria Pública do Estado do Piauí. Compromisso de promover o acesso à Justiça aos mais necessitados. Para isso temos buscado nos capacitar e desenvolver ações voltadas para as necessidades da população.

A Defensoria Pública tem muito a contribuir com o desenvolvimento social e garantias de cidadania. Não há crescimento que não prescindia de redução das desigualdades. Tal não se dá sem o efetivo acesso de todas as camadas sociais aos bens e serviços indispensáveis a uma vida digna, o que é negado à população carente por fatores os mais diversos, notadamente os econômicos. Frente a essa realidade temos plena consciência que a Defensoria faz a diferença e promove cidadania onde está presente, como expressão e instrumento do regime democrático, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita, aos que necessitam dos nossos serviços.

Dentro da gestão buscamos seguir no sentido de alcançar as metas estipuladas no nosso Plano Estratégico, dotando a Defensoria Pública da estrutura necessária para o desempenho de suas funções. Lutamos mais uma vez por um olhar diferenciado para a nossa Instituição no que concerne ao Orçamento Financeiro para o exercício financeiro de 2018, e se mais não conseguimos certamente não foi por falta de empenho, mas por uma conjuntura que atinge não apenas a Defensoria Pública mas todos os Poderes, passando pelo Legislativo e Executivo estadual

No campo das boas práticas vimos com enorme satisfação a Defensoria se projetar em ações parceiras com outras Instituições do Sistema de Justiça como a Semana da Justiça pela Paz em Casa, as Audiências Concentradas da Vara da Infância e Juventude e 12ª Semana de Conciliação, dentre outros.

No campo interno foi um orgulho e uma satisfação ver o empenho de nossos Defensores e Defensoras, assim como de todos os servidores, estagiários e colaboradores envolvidos em ações como os dias de cidadania realizados nos presídios, as Oficinas de Pais e Filhos, o engajamento em Campanhas como as dos 16 Dias de Ativismo, Laço Branco, Novembro Azul e Outubro Rosa, sem poder deixar de citar a ação pontual e eficaz atuação quando das rebeliões e motins ocorridos nas penitenciárias da capital e interior do Estado. Estes são apenas alguns exemplos de tantas outras ações desempenhadas que nos trazem a grata sensação de dever cumprido.

Temos repetido que nossa Instituição é composta de guerreiros e guerreiras, mulheres e homens lutadores. Todos os dias temos um desafio novo, seja na defesa dos nossos assistidos ou dos nossos direitos, prerrogativas institucionais e na consolidação de nossa autonomia. A cada conquista institucional há uma batalha até a efetivação. Nada vem com facilidades para DPE/PI. E todas essas as batalhas e lutas diárias e habituais nos fortalecem e nos tornam cada dia mais resistentes. É com essa mesma determinação que estaremos a postos em 2018, procurando fazer o melhor para todos aqueles que vêm na Defensoria Pública o apoio necessário para suas vidas. É de dedicação que somos feitos e assim continuará sendo. Avante Defensoria Pública!



Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes
Defensora Pública Geral do Estado do Piauí



Informativo:

Defensoria em Ação
Ano III Nº 07 Julho/Dezembro de 2017
Informativo Semestral da Defensoria
Pública do Estado do Piauí

EXPEDIENTE:

Defensoria em Ação - Informativo da
Defensoria Pública do Estado do Piauí
Rua Nogueira Tapety, 138,
Bairro dos Noivos
Teresina - Piauí - CEP:64.046-020
Telefones: (86) 3233-6954
Fax: (86) 3235-7527

E-mail Geral: defensoriapublica@defensoria.pi.def.br

Defensora Pública Geral:

Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

Subdefensor Público Geral:

Dr. Erisvaldo Marques dos Reis

Corregedora Geral:

Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha

Chefe de Gabinete Defensora Pública Geral:

Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa

Assessoria Jurídica:

Dr. Sílvio César Queiroz Costa
Dr. João Castelo Branco de Vasconcelos Neto
Dr. Humberto Brito Rodrigues

Diretor Administrativo e Financeiro:

Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro

Diretor de Primeiro Atendimento:

Dr. Marcelo Moita Pierot

Diretora Cível:

Dra. Rosa Mendes Viana Formiga

Diretora Criminal:

Dra. Viviane Pinheiro Pires Setúbal

Diretor Regional:

Dr. Gérson Henrique Silva Sousa

Diretora de Núcleos Especializados:

Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade

Diretor da Defensoria Itinerante:

Dr. Afonso Lima da Cruz Júnior

Diretora da Escola Superior (ESDEPI):

Dra. Andrea Melo de Carvalho

Textos: Ângela Ferry

Fotos: Lázaro Lemos

Jornalista Responsável:

Ângela Ferry
DRT:912-PI

E-mail Comunicação:

comunicacaodef@defensoria.pi.def.br

Programação Visual:

George Vítor de Carvalho Santana



Nova composição, que estará à frente das decisões do Conselho Superior até o ano de 2019

Nova composição do Conselho Superior foi empossada em agosto

Os novos integrantes do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí foram empossados no dia 17 de agosto em Sessão Solene do Colegiado, realizada no Auditório da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdepi). A solenidade foi conduzida pela Presidente do Conselho, Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.

A Mesa de Honra, que deu posse aos novos membros do Colegiado, contou, além da Presidente, com a presença do Conselheiro e Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis, da Conselheira e Corregedora-Geral da Defensoria Pública, Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha; do Presidente da Associação Piauiense de Defensores Públicos, Dr. João Batista Viana do Lago Neto e do Ouvidor-Geral da DPE-PI, Nayro Victor Lemos Resende Leite.

Os atuais Conselheiros, empossados para o Biênio 2017/2019, são os Defensores Públicos Dra. Ana Carolina de Freitas Tapety Machado, Dr. Luís Alvino Marques Pereira, Dr. Robert Rios Magalhães Júnior, Dra. Sheila de Andrade Ferreira e Dra. Sarah Vieira Miranda Lages Cavalcanti.

A atual composição conta ainda com os Conselheiros Suplentes, Defensores Públicos Dr. Leandro Ferraz Damasceno Ribeiro, Dra. Gisela Mendes Lopes, Dr. Igo Castelo Branco de Sampaio, Dra. Rosa Mendes Viana Formiga e Dr. Sílvio César Queiroz Costa.

No dia da posse fez uso da palavra a Conselheira Dra. Sarah Vieira Miranda Lages Cavalcanti, que destacou a importância do Conselho trabalhar unido. "Todas as coisas do mundo são sustentadas pela vivência em comunidade. Em comunidade são tomadas decisões que definem os rumos do país. Assim também tem sido com a Defensoria Pública. Aos poucos, de gestão em gestão, de Conselho em Conselho, toma forma uma Defensoria que queremos, fruto de um esforço passado,

de um esforço atual e que conta com um esforço futuro. Suor materializado em forma de Resolução, de debates construídos em cima de uma base ética, de respeito aos princípios morais e jurídicos que muito honram nossa Instituição. Essa nova composição mescla a realidade da Defensoria Regional e da Capital, dos Núcleos Especializados, das Defensorias Cíveis e Criminais. Enfim, toda a Defensoria representada e unida em pensamento, ação e força, pronta para se doar e enfrentar os desafios", disse a Conselheira.

Coube a Conselheira Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha, Corregedora-Geral da Defensoria Pública, recepcionar aos novos integrantes do Colegiado. "Hoje é um dia de júbilo. Integrando o Conselho Superior da Defensoria pela segunda vez noto o amadurecimento enquanto órgão consultivo e deliberativo, noto o equilíbrio moral e a predominância do bom senso ao serem discutidas as questões. Saúdo os novos membros eleitos. Esta composição renovada surge de um procedimento democrático. Pela primeira vez temos três membros eleitos ligados à Defensoria Regional o que possibilita a oportunidade da Classe integrar-se para juntos alcançarmos a Defensoria que queremos, aquela que busca a inclusão e defesa de direitos", destacou.

A Defensora Pública Geral e Presidente do Colegiado, Dra. Hildeth Evangelista, destacou o empenho da última composição. "Quando assumimos um chamado como esse estamos cientes dos desafios. A última composição desse Colegiado cumpriu sua missão com louvor, mas agora é chegada a hora de vocês. Sabendo cada um o seu papel, vamos juntos exercer uma obrigação que nem sempre é fácil, mas com a responsabilidade de acertar o passo, normatizando o que é possível com eficiência e seriedade. Vamos juntos construir a Defensoria que queremos", pontuou.

Artigo

Por João Batista Lago.
Presidente da Associação Piauiense dos Defensores Públicos

O (não) presente de natal da assembléia legislativa para a Defensoria Pública do Piauí

Em período de crise econômica virou lugar comum dizer que, para além da eficiência e da economicidade no que tange ao gasto público, é preciso criatividade no tocante à obtenção de novas fontes de receitas, dada a escassez de recursos na chamada “Fonte 00 – Recursos do Tesouro”.

Outro clichê reverberado em todos os discursos sobre acesso à justiça é o de que a Defensoria Pública precisa chegar a todas as comarcas do Estado. É o que afirmam e prometem invariavelmente os políticos sempre que instados a se manifestar sobre esse assunto. Foi cansado de ouvir discursos como estes que Paulo Freire certa vez advertiu que “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Ciente das dificuldades orçamentárias do Estado ainda em 2016 a Defensoria Pública levou ao Governador uma proposta visando fortalecer os recursos destinados ao custeio da máquina defensorial, sem impactar nos combalidos recursos do tesouro. A ideia era ampliar as receitas do Fundo de Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Piauí – FMADPEP com a destinação de percentual dos valores cobrados a título de emolumentos dos serviços notariais e de registro.

Esse modelo já é seguido muito exitosamente em outras Unidades Federativas, tais como no Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 4663/2005), Rio Grande do Norte (Lei Estadual nº 166/99), Amazonas (Lei Estadual nº 3257/2008), Rondônia (Lei Estadual nº 3537/2015) e Ceará (Lei nº 15.490/2013).

Com esse aporte orçamentário (diga-se de passagem, de aplicação vedada em despesas com pessoal) a Defensoria Pública teria fôlego para investir na melhoria de sua atividade, na aquisição e conservação de móveis e imóveis, aporte de tecnologia (medida mais do que premente, considerando que o processo judicial eletrônico bate às portas), enfim, o aprimoramento da eficiência na defesa dos direitos dos mais pobres.

Em dezembro de 2016 o Governador encaminhou à Assembléia Legislativa duas mensagens contendo projetos de lei prevendo o repasse de percentual dos valores



cobrados a título de emolumentos dos serviços notariais e de registro, uma para a Defensoria Pública e outra para o Ministério Público, que pegou carona na ideia apresentada ao chefe do executivo.

Surpreendentemente (ou não?), às vésperas do natal de 2017, a Assembléia Legislativa votou e aprovou tão-somente o projeto de lei que beneficiava o Ministério Público, mantendo o que favorecia a Defensoria Pública numa profunda gaveta. Opção política? Talvez sim. É possível que o Poder Legislativo estadual tenha compreendido que os R\$ 203.345.919,00 previstos no orçamento de 2018 para despesa do Ministério Público sejam insuficientes, e, por outro lado, que os R\$ 85.034.467,00 previstos para a Defensoria Pública o sejam. Possível, mas não provável.

E o que fica para a Defensoria Pública neste final de ano? Fica o (não) presente de natal. Fica o discurso distante da prática. Fica a lição contida na constituição da Fazenda dos Bichos, de que falou George Orwell: “todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros”



Momento da posse dos Defensores Públicos Dr. Eduardo Ferreira Lopes e Dra. Marcellly Santos de Sousa

Defensoria recebeu dois novos Defensores Públicos no segundo semestre

A Defensoria Pública do Estado do Piauí conta, desde o dia 06 de outubro de 2017, com dois novos Defensores Públicos em seus quadros. Dra. Marcellly Santos de Sousa e Dr. Eduardo Ferreira Lopes, tomaram posse em solenidade ocorrida no auditório da Casa de Núcleos da DPE-PI, sob a presidência da Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, que compôs a Mesa de Honra juntamente com o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis; a Corregedora-Geral da DPE-PI, Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha; o representante da Associação Piauiense de Defensores Públicos, Dr. Arilson Pereira Malaquias e o Secretário de Governo do Estado do Piauí, Merlong Solano.

Na solenidade, o Termo de Posse foi lido pela Corregedora-Geral da DPE-PI, Dra. Ana Patrícia Paes Landim Salha. Em seguida a nova Defensora Pública Dra. Marcellly Santos de Sousa proferiu o juramento concernente ao exercício da Carreira de Defensor Público.

O novo Defensor Público Dr. Eduardo Ferreira Lopes, falou em nome dos empossados, agradecendo a todos que contribuíram para o momento e destacando a importância de fazer parte dos quadros da Defensoria Pública. “Só preciso dizer duas palavras, contribuição e agradecimento. Contribuição enquanto o desamparado necessita do apoio de uma Justiça célere e eficaz. Temos que entender que estamos atendendo a um chamado, do pobre, do carente, do hipossuficiente. O agradecimento é aos que auxiliaram na concretização do nosso sonho”, disse.

Falando pela Associação Piauiense de Defensores Públicos, Dr. Arilson Malaquias definiu a Defensoria Pública. “Gostaria de definir a Defensoria no olhar do ex-ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Carlos Aires Brito, que para mim é uma das melhores definições. Ele diz que a opção que se faz pela Defensoria Pública é vocacional, porque própria de pessoas que fazem do Direito, mais que um meio de vida, talvez a mais bela razão de viver. Com o contato cotidiano com o público vulnerável, fragilizado, é que

vocês vão se descobrir nessa missão”, destacou.

O Secretário de Governo, Merlong Solano, também se manifestou na oportunidade. “Nosso Brasil é um país impressionante. Fomos um dos que mais cresceram ao longo do século vinte, contudo preservamos antigas distorções e criamos novas nesse crescimento. O país que tem o potencial para ser uma das maiores economias do mundo é, ao mesmo tempo, o que continua sendo um dos mais desiguais, marca que condiciona o serviço público, cuja principal missão é ajudar a reduzir as mazelas de uma estrutura socioeconômica desigual. Minha esperança é que vocês se enquadrem na parcela de servidores públicos, que felizmente é grande, que entendem que estão assumindo uma missão, expressa no nome do cargo: servidor público”, disse.

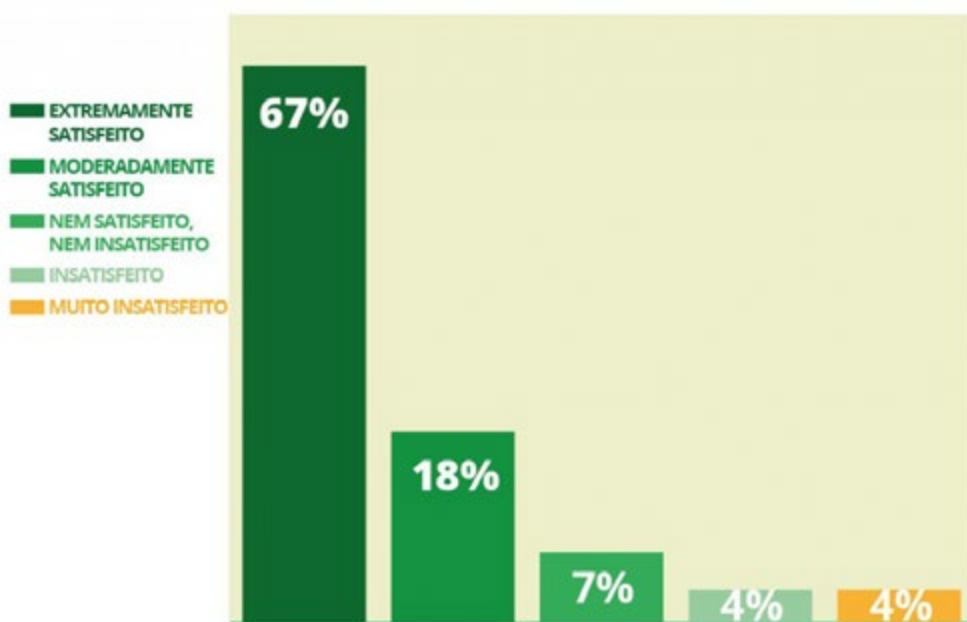
Dra. Hildeth Evangelista destacou o papel da Defensoria. “Vocês ingressam na Instituição em um momento especial, quando a Defensoria Pública em recente pesquisa nacional, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, foi considerada a Instituição mais importante para sociedade Brasileira; quando a Defensoria aprende gradativamente a exercer a sua recém conquistada autonomia financeira, orçamentária e administrativa com muita responsabilidade em face do contexto econômico e político atual. Faz-se necessário ter audácia e coragem, acrescida com uma boa dose de sabedoria, para enfrentar os percalços da nobre arte de defensorar. A vocês dois nesse momento parabênzo e agradeço pela perseverança. A Defensoria e os nossos assistidos esperam ansiosamente por vocês. Somos não apenas um meio de acesso às instâncias do Poder Judiciário, mas instrumento de alcance da Justiça, no seu sentido maior de equidade. Lembrem que a arte de defensorar sempre exigirá coragem. E nem poderia ser diferente. Sejam bem vindos a essa família defensorial, faço votos de uma carreira vitoriosa”, destacou.

A posse dos novos Defensores Públicos foi prestigiada por número significativo de autoridades e pelos familiares e amigos dos empossados.

Estatística

Pesquisa do CNMP aponta que a Defensoria Pública é a instituição mais importante para a população brasileira

Em geral, você está satisfeito com a Defensoria Pública do Estado do PI?



ficando abaixo apenas das Forças Armadas, com 76,4%.

No Piauí 85% dos assistidos estão satisfeitos com a Instituição

Os resultados da pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público confirmou dados obtidos em pesquisa local desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado do Piauí junto ao seu público assistido que apontou, no período de maio a julho de 2017, o grau de satisfação com a Instituição por parte de cerca de 85% do referido público. O levantamento foi realizado após os assistidos passarem pelo atendimento no Núcleo Central da Defensoria e envolveu 512 pessoas no período.

De acordo com os dados coletados 68% dos entrevistados acha o atendimento prestado pelos funcionários da Defenso-

A Defensoria Pública é a instituição mais importante para a população brasileira. O dado consta em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no período de 9 de março e 29 de maio de 2017 em 170 municípios, incluindo todas as capitais do Brasil. Foram ouvidas 5.035 pessoas com idade superior a 16 anos. Segundo a avaliação, a Defensoria Pública com 92,4% está no topo de importância, seguida pelo Ministério Público, com 91,6% e pela Polícia com 90,4%. Em relação a última pesquisa realizada pelo Conselho, no ano de 2014, a Defensoria apresentou aumento de 7,4%.

A pesquisa teve por objetivo mensurar a satisfação da sociedade com a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público, identificando a percepção dos brasileiros sobre a imagem das instituições em relação ao conhecimento, confiança, importância e avaliação. O trabalho foi realizado pela empresa GMR Inteligência e Pesquisa, com acompanhamento do CNMP.

Na mesma pesquisa a Defensoria Pública aparece também como a Instituição mais confiável, com 74,1%,

Relevância das instituições na solução de problemas



ria muito bom; 62% apontam o atendimento como muito rápido e 75% estão satisfeitos com as instalações da Instituição. Os assistidos também avaliaram a diligência dos Defensores Públicos no momento do atendimento em 73%, entre boa e ótima, assim como o grau de cortesia que ficou com 78%, entre acessível e muito acessível. Ainda de acordo com o levantamento as Defensorias de Família são as mais procuradas (46%).

A pesquisa de satisfação dos usuários da DPE-PI foi implantada desde janeiro de 2017 com a proposta de identificar aspectos importantes relacionados a qualidade dos serviços, com o fim de proporcionar um atendimento mais humanizado, buscando a credibilidade junto aos cidadãos. “A ideia de saber o grau de satisfação é imprescindível para cumprir metas estabelecidas a partir das necessidades dos assistidos, além de estabelecer um elo de comunicação para conhecimento sobre a situação do nosso atendimento, correspondendo às expectativas dos mesmos”, explica a Chefe de Gabinete da Defensoria Pública, Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa.

“Muito nos honra saber que a Defensoria Pública em todo o país obtém esse reconhecimento. O resultado incentiva para que procuremos aprimorar nossas ações cada vez mais, na certeza de que estamos correspondendo ao que é esperado. Quem está nos abalizando é exatamente a população, para um Defensor Público não existe melhor avaliador do seu trabalho. Traz a sensação de dever cumprido e a cer-

teza de que se faz necessário melhorar a cada dia para continuarmos mercedores desse respeito”, diz o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis.

“Os resultados obtidos na pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público são de extrema importância para todos nós que fazemos a Defensoria Pública. pois refletem de uma forma direta o resultado do nosso trabalho. Saber que superamos Instituições de relevante importância no cenário Nacional e que temos essa consideração e respeito por parte da população, só nos incentivaria a melhorar cada vez mais, buscando sempre proporcionar um atendimento qualificado aos que nos procuram”, afirma a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes.

Além da Defensoria Pública, participaram da avaliação feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público as seguintes instituições: Forças Armadas, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Órgãos e Instituições do Poder Judiciário como Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Federal; Polícia, Conselho Nacional do Ministério Público, Prefeitura, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional e partidos políticos.

Defensoria se sobressai na proteção de crianças e jovens

A Defensoria Pública é também a Instituição mais relevante em relação a proteção de crianças e jovens no Brasil. A informação consta na mesma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

O destaque da Defensoria na área da infância e adolescência foi conseguido quando os entrevistados foram indagados sobre a relevância das instituições na solução de problemas. A Defensoria obteve 38,2% de respostas favoráveis dos entrevistados, superando a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

No Piauí a Defensoria Pública atua na defesa da criança e do adolescente por meio do Núcleo Cível de Defesa Criança e do Adolescente, que conta com a atuação das Defensoras Públicas Dra. Daniela Neves Bona, Titular da 1ª Defensoria Pública da Infância e Juventude; Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade, Titular da 2ª Defensoria Pública da Infância e Juventude, Dra. Gisela Mendes Lopes, em Exercício Provisório na 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude e Dr. Eric Leonardo Pires de Melo em substituição na 4ª Defensoria Pública da Infância e Juventude.

“Esse resultado nos gratifica por revelar o reconhecimento da percepção popular de que a Defensoria Pública é uma Instituição atuante na solução de conflito. No tocante ao apoio e defesa das crianças e adolescentes em risco, por estarem com seus direitos ameaçados ou violados, o resultado da pesquisa é um estímulo significativo para que prossigamos na nossa atuação com toda sensibilidade e excelência

que nosso público necessita”, afirma Dra. Karla Cibele Teles de Mesquita Andrade, que também é Diretora de Núcleos Especializados da DPE-PI.

“Essa avaliação nos traz um importante feedback da população, que vê na Defensoria uma instituição parceira do povo, que acredita na Defensoria para a solução de seus problemas. Ver que a pesquisa aponta a Defensoria como Instituição de maior confiança na área da criança e adolescente nos deixa bastante felizes e nos dá ainda mais ânimo para seguir firme em nossa atuação”, pontua Dra. Gisela Mendes Lopes.

“O resultado dessa pesquisa é bastante animador, na medida em que há o reconhecimento do nosso trabalho na defesa e proteção das crianças e dos adolescentes, ao mesmo tempo em que fortalece nossa Instituição e nos dá um incentivo a mais nessa missão tão nobre e importante para o nosso país”, afirma Dra. Daniela Neves Bona.

Para Dr. Eric Leonardo o resultado “reflete, em âmbito global, o trabalho desenvolvido, a nível estadual, pela DPE-PI, que atua, de maneira intransigente, no resguardo dos direitos dos menores, seja na seara cível, seja nos casos de adolescentes em conflito com a lei, situação em que se verifica maior vulnerabilidade e, conseqüentemente, maior risco de transgressões”.



Dr. Rogério Newton apresentou o projeto no XIII Congresso Nacional



Dra. Andrea Melo de Carvalho durante o intercâmbio realizado na Argentina

DPE-PI se sobressai em Concurso de Práticas Exitosas e em intercâmbio na Argentina

Muitos foram os momentos e conquistas que marcaram a Defensoria Pública no segundo semestre de 2017. Dois em especial estão aqui destacados como representantes dos demais.

O projeto “Círculos de Construção de Paz por Dois Defensores Públicos”, de autoria dos Defensores Públicos Dra. Débora Cunha Vieira Cardoso e Dr. Rogério Newton de Carvalho Sousa, foi selecionado para o Concurso de Práticas Exitosas, que aconteceu dentro do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, no período de 13 a 17 de novembro, em Florianópolis, Santa Catarina.

O Concurso é um dos pontos altos do Encontro e visa o compartilhamento das experiências dos Defensores Públicos de todo o Brasil em suas áreas de atuação. O projeto piauiense foi selecionado juntamente com mais 26 trabalhos, oriundos de vários estados e tratou da aplicação da metodologia dos Círculos de Construção de Paz, que é a mesma empregada na Justiça Restaurativa para resolução de conflitos judiciais, podendo ser empregada também em círculos de diálogo.

“É importante o reconhecimento do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos ao nosso trabalho com Círculos de Construção de Paz. Equivocadamente, os métodos de solução dialogal de conflitos são considerados por muitos como uma “subcategoria de Justiça”. Mas isso não é verdade. São abordagens diferentes da adversarial, que ainda é hegemônica no Sistema de Justiça. Os métodos dialogais são importantes não só porque supostamente ajudam a desafogar a Justiça, mas sobretudo porque são mais profundos e alcançam não só a lide jurídica, mas também a lide sociológica” afirma Dr. Rogério Newton que apresentou o projeto durante o Congresso.

“O nosso trabalho com os círculos de diálogo e restaurativo, está alinhado com o que há de mais moderno no

sistema jurídico, que é a resolução pacífica dos conflitos entre as pessoas. Tivemos a oportunidade de vivenciar momentos de muita emoção, pois os círculos convidam a todos a dialogarem sob uma perspectiva de igualdade e humanidade, e por isso, também, temos muita confiança nessa metodologia”, diz Dra. Débora Cardoso.

Outro ponto de grande importância para a Instituição foi a seleção da Defensora Pública Dra. Andrea Melo de Carvalho, Titular da 1ª Defensoria Pública de Família e Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdepi), pelo Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) para representar o Brasil e o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), em intercâmbio na Argentina. O intercâmbio foi realizado de 27 de novembro a 01 de dezembro.

Dra. Andrea Melo foi selecionada pelo BLODEPM a partir da análise curricular. Integraram o grupo Defensores Públicos representantes do Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Ao ser selecionada Dra. Andrea Melo disse estar muito feliz por se tratar de uma rica experiência capaz de contribuir para as atividades desenvolvidas na DPE/PI. A Defensora avaliou como extremamente positiva a participação no intercâmbio. “Estou muito impressionada com as diferentes formas de atuação dos Defensores Públicos membros do Mercosul. Visitei uma casa de internação de menores que existem apenas 14 internos e 70 empregados, sendo 40 civis (professores, médicos, psicólogos, psiquiatras, nutricionistas, assistentes sociais etc) e 30 que fazem parte do corpo especial de segurança (todos não portam armas dentro do Centro). Realmente um lugar desejado por qualquer Defensor que trabalha com menores”, avaliou.

Piauí sediou 3ª Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores das Defensorias Públicas

A 3ª reunião do Colégio Nacional de Ouvidores das Defensorias Públicas foi realizada em Teresina no mês de agosto deste ano de 2017. Estiveram presentes Ouvidores dos estados do Ceará, Maranhão, São Paulo, Paraná e Bahia. A pauta do encontro tratou sobre temas de interesse das Ouvidorias. Na oportunidade os Ouvidores também tiveram um momento com representantes de movimentos sociais.

A recepção aos Ouvidores foi realizada na época pelo Subdefensor Público Geral Dr. Erisvaldo Marques dos Reis e pelo Ouvidor-Geral Externo da DPE-PI, Nayro Victor Lemos Resende Leite.

Dr. Erisvaldo Marques discorreu sobre a importância da Ouvidoria, especialmente por se tratar de um canal direto da Instituição com o seu público-alvo. “Reconhecemos a importância da Ouvidoria como parceira no desenvolvimento de um trabalho que tem rendido bons frutos e sabemos da necessidade cada vez mais dotarmos esse setor da estrutura necessária, o que já evoluímos muito desde a implantação de nossa autonomia em janeiro de 2016, tendo sempre por objetivo oferecer um serviço público de boa qualidade aos nossos assistidos”, disse.

A representante do estado do Ceará, Rosicléia Machado, falou em nome dos demais Ouvidores. “Gostaria de agradecer a acolhida em nome do Conselho Nacional. Estivemos aqui à época do Ouvidor Roberto Melado e agora já constatamos melhorias em relação a estrutura da Ouvidoria, o que nos deixa muito satisfeitos, pois entendemos que a Defensoria do Piauí possui um olhar cuidadoso para com esse trabalho. Precisamos realmente de uma estrutura melhor para que tenhamos condições de prestar um atendimento de melhor qualidade aos assistidos”, disse.

O Ouvidor-Geral Nayro Victor Lemos, avaliou como positiva a reunião. “Foi extremamente positiva porque tiramos

diretrizes pela democratização do acesso à Justiça. Foram vários momentos compartilhados com a Associação Piauiense dos Defensores Públicos e com a Administração Superior da Defensoria Pública e, em todos esses momentos, o Piauí se colocou favorável a esse modelo do Ouvidor Externo, que vem dando certo e cada vez mais aproxima o assistidos da nossa Instituição. É sem dúvida um grande avanço e por isso mesmo foi reiterado durante a reunião que vamos nos movimentar para que os Estados que ainda não têm Ouvidorias Externas possam criá-las, até porque é algo previsto em lei”, disse.

A Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, que participou do encontro no momento da reunião com os representantes dos movimentos sociais, também se manifestou. “Momentos como esse são de grande importância para a Defensoria Pública, pois através das Ouvidorias temos a oportunidade de expandir o diálogo com os movimentos sociais, trabalhando uma pauta comum, que tem por objetivo a garantia de acesso irrestrito à Justiça aos nossos assistidos”, disse.



Ouvidores recepcionados pelo Subdefensor Público Geral

Defensoria passa a integrar Rede de Ouvidorias Públicas do Piauí

A DPE-PI passou a integrar a rede de Ouvidorias Públicas do Piauí. A posse da nova Diretoria aconteceu dia 21 de agosto em solenidade realizada no Palácio de Karnak e presidida pelo Governador Wellington Dias, com a presença da Defensora Pública Geral, Dra. Hildeth Evangelista e do Subdefensor Público Geral, Erisvaldo Marques.

Foram empossadas a Ouvidora-Geral do Estado, Soraya Castelo Branco, como Presidente; a Ouvidora do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, como Vice-Presidente e a Coordenadora da Ouvidoria-Geral do Estado, Thaysy Castro, como secretária.

“O Piauí foi um dos primeiros estados a implantar a Ouvidoria e agora é o pioneiro a criar uma corregedoria única, que tem como objetivo melhorar a participação do cidadão nas questões governamentais. Por meio do

número 0800-4000, o cidadão pode ligar e ter uma linha direta, dando resolutividade aos seus problemas”, afirmou o governador Wellington Dias.

“A Ouvidoria realmente é uma importante parceira das administrações públicas, a partir do momento em que nos ajuda no aprimoramento das políticas públicas, sendo dentro do estado democrático de direito um eficaz instrumento para o exercício da cidadania. Ao integrar a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública à Rede de Ouvidorias Públicas certamente estamos dando um passo significativo para o fortalecimento das ações junto ao nosso público assistido”, afirmou Dra. Hildeth Evangelista.

Criada em 2013, a Rede de Ouvidorias Públicas tem o intuito de promover união e desenvolvimento entre os municípios.



Homens assumem o compromisso de lutar pelo fim da violência contra as mulheres

Defensoria esteve engajada em importantes campanhas

O segundo semestre de 2017 foi de engajamento para a Defensoria Pública. Inúmeras foram as ações desenvolvidas na Instituição abraçando causas variadas, todas sob a coordenação do Centro de Apoio Multidisciplinar (CAM), que conta com os assistentes sociais Valéria Miranda de Araújo e Mercês Krystine Araújo Silva, com a colaboração dos também assistentes sociais José Luís de Sousa, do Núcleo Criminal e Mauricema Holanda Nunes, que atua no Núcleo Especializado de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Entre os momentos de engajamento dois mereceram destaque pela forma como foram desenvolvidos, conseguindo contar com a adesão de todos os que fazem a Defensoria Pública: o Outubro Rosa - de combate e prevenção ao câncer de mama e o Novembro Azul - de combate e prevenção ao câncer de Próstata, assim como a Campanha do Laço Branco, integradas aos 16 dias de Ativismo, na luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.

Durante todo o mês de outubro o site da Defensoria Pública adotou a tonalidade rosa, em substituição ao verde que representa a Instituição. Servidoras, servidores, estagiários e estagiárias, Defensoras e Defensores Públicos, aderiram à Campanha e passaram a exibir em suas vestimentas o laço rosa, símbolo da Campanha. O CAM também proporcionou aos assistidos pela Instituição momentos de esclarecimento sobre o tema, por meio de palestras realizadas na sala de espera da Diretoria de Primeiro Atendimento.

No mês de Novembro a iniciativa se repetiu, desta vez com a inserção do Laço Azul, símbolo do Novembro Azul, no site da Instituição, a adoção do laço por todos que fazem a Defensoria e mais uma vez a realização de palestras proferidas por profissionais da área de saúde, dessa vez sobre o câncer de próstata, para os assistidos pela Instituição.

Em relação a Campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”, a Defensoria também esteve diretamente envolvida. “É um período que reúne várias datas significativas, que nos lembram a importância de empreender a continuidade dessa luta. Mais um momento de fazermos um balanço de nossos avanços e conquistas, mas também de busca e reconhecimento das falhas, para que possamos planejar e avançar”, diz a Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Defensora Pública Dra. Lia Medeiros do Carmo Ivo, sobre a atividade.

Para esta ação aconteceu no dia 06 de dezembro, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, uma iniciativa no Núcleo Central da Instituição, com o engajamento de todos os homens que trabalham na Defensoria, que adotaram camisa referente ao dia, assim como o uso do Laço Branco. Na oportunidade o Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis e o Diretor Administrativo da DPE-PI, Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, fizeram falas relacionadas a importância da participação dos homens no combate à violência contra as mulheres.

Instituição volta a lutar por um Orçamento compatível com suas atribuições

A busca por um Orçamento digno e condizente com as necessidades da Instituição tem sido constante por parte da gestão da Defensoria Pública. Neste ano de 2017 a Instituição iniciou os debates sobre a proposta Orçamentária no dia 1º de setembro com a realização de uma Audiência Pública no auditório da Casa de Núcleos.

Na oportunidade Defensores Públicos e autoridades convidadas, discutiram a necessidade de um tratamento diferenciado para a Defensoria Pública, que exerce suas funções diretamente ligada com a questão da vulnerabilidade, necessitando portanto do aporte para dar vazão às suas prioridades.

No mês de novembro, a Defensora Pública Geral do Estado do Piauí, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, acompanhada do Subdefensor Público Geral, Dr. Erisvaldo Marques dos Reis e do Diretor Administrativo da DPE-PI, Dr. Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro, participaram na Assembleia Legislativa de discussão da proposta orçamentária para 2018.

A audiência foi realizada na sala da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo requerimento apresentado pelo Deputado Luciano Nunes (PSDB), Vice-Presidente da Alepi e da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, que é Presidida pelo Deputado Severo Eulálio (PMDB), também relator da mensagem da PLOA/2018. Severo Eulálio presidiu a audiência, que contou com a presença, além da Defensoria, de representantes dos demais Poderes do Estado.

“O aumento linear para todas as instituições autônomas só favorece a consolidação de um modelo fadado ao insucesso. Muitos Juízes, muitos Promotores e poucos Defensores criará um vácuo entre o pobre do estado do Piauí e a atividade jurisdicional que esse mesmo Estado oferece. A assistência ao



Debates sobre o orçamento iniciaram no mês de setembro na DPE-PI

idoso, à mulher vítima de violência, ao lavrador, ao menor que necessita de alimento, ao consumidor que foi enganado, à criança que não tem acesso à saúde de qualidade, exigem muito mais do que boa vontade e dedicação. Exigem investimentos em capacitação do quadro de pessoal, modernização, sistemas informatizados e infraestrutura adequada. Fortalecer a Defensoria é fortalecer a voz do pobre. Do sertanejo que não tem meios de defender os seus direitos, se não for efetivamente atendido pelo Estado do Piauí. A Assembleia Legislativa representa o povo do Piauí e como tal deve fazer as escolhas mais corretas na defesa dos mais necessitados. A Lei Orçamentária não pode fechar as portas para aqueles que mais precisam de atenção e investimento estatal”, afirmou à época o Diretor Administrativo da DPE-PI, Dr. Ivanovick Feitosa.

“Por lidar diariamente com a causa das pessoas mais vulneráveis, que muitas vezes se encontram à margem da sociedade, a Defensoria Precisa ter meios para atender a essa demanda que é crescente. A extensão dos serviços que prestamos necessita de uma estrutura que só um orçamento compatível com as nossas necessidades poderá proporcionar. Ao pleitearmos o que consideramos ser um orçamento digno e responsabilmente definido para a Defensoria, estamos buscando aquilo que é justo para garantir o crescimento da Instituição como provedora que é do acesso à Justiça de forma rápida e eficaz, especialmente aos mais vulneráveis”, afirmou a Defensora Geral, Dra. Hildeth Evangelista.

A proposta Orçamentária votada pela Assembleia Legislativa neste mês de dezembro destinou a todos os Poderes, entre os quais da Defensoria Pública o reajuste de 3,5%.



Representantes da Defensoria discutiram o orçamento na Assembleia



Celebração foi feita conjuntamente por Diácono e Pastor

Defensoria fecha os trabalhos de 2017 com celebração Natalina

Uma celebração natalina realizada no dia 19 de Dezembro no Núcleo Central da Defensoria Pública marcou o encerramento das atividades na Instituição no ano de 2017, assim como foi uma oportunidade de confraternização e desejo de novas realizações para 2018.

Concelebrada pelo pastor Alzugaray Pinheiro e pelo Diácono Nilson Costa, a celebração reuniu servidores, colaboradores, estagiários, Defensores Públicos e assistidos pela Defensoria.

Tanto o diácono como o pastor destacaram a representatividade do momento, que englobou o respeito ao período do Natal independente da religião professada pelos integrantes da Instituição.

“Acho muito valioso que a Defensoria proporcione oportunidades como esta, que possibilitam uma reflexão. Hoje vivemos em um estado laico e com esse tipo de celebração é possível contemplar a todos os presentes”, destacou o Diácono Nilson Costa.

“Esta é uma prova do processo de humanização da Defensoria. Deus nos deixou dois importantes mandamentos, que são Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Com uma celebração como esta a Instituição está realmente cumprindo esse papel”, complementou o pastor Alzugaray Pinheiro.

A celebração contou com a leitura do Evangelho e a fala dos dois preletores. A manhã teve ainda a apresentação do Grupo de Teatro que a Secretaria de Justiça do Estado do Piauí (Sejus) desenvolve com pessoas privadas de liberdade, como forma de ressocialização.

A Defensora Pública Geral, Dra. Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes, ressaltou a relevância da confraternização. “Considero fundamental esse momento em que reunimos todos os que fazem a Defensoria Pública em torno de um sentimento comum. Que o período do Natal traga a paz necessária aos lares de todos nós e que o ano que logo se inicia seja repleto de boas realizações tanto na vida pessoal de cada um como no campo profissional,

dando-nos o ânimo para continuarmos a nossa caminhada em defesa dos mais vulneráveis”, afirmou.

Apesar da confraternização da encerramento de 2017, as atividades na Defensoria Pública continuaram a ser desenvolvidas durante o recesso, em regime de escala de servidores e por meio do Plantão Defensorial, compreendendo o período de 20 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018.



Servidores, estagiários, defensores Públicos, colaboradores e assistidos



Momento foi de orações e mensagens para um ano melhor